

VIDA PROFISSIONAL E AFETIVA DAS MULHERES NO SÉCULO XXI: O CASO DAS PERMISSIONÁRIAS DO VIADUTO OTÁVIO ROCHA EM PORTO ALEGRE

Deise Luiza da Silva Ferraz¹

Av. Benno Mentz 1336 – Vila Ipiranga
CEP: 91370-020 Porto Alegre/RS Brasil
Tel.: (51) 3344-0504
E-mail: dlsferraz@ea.ufrgs.br

Neusa Rolita Cavedon¹

Rua Washington Luis, 855 - sala 425
CEP: 90010-460 Porto Alegre/RS Brasil
Telefone: 3316-3819
E-mail: nrcavedon@ea.ufrgs.br

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Escola de administração – PPGA
CEP: 90010-460 Porto Alegre/RS

Resumo:

Os papéis femininos de mãe, esposa e profissional encontram-se de modo recorrente na pauta das discussões entabuladas por diferentes disciplinas (Sociologia, Antropologia, Psicologia, Administração). Essa pesquisa objetiva verificar como as mulheres que atuam num determinado espaço comercial de Porto Alegre pensam e agem, em que medida ação e discursos ditos atuais são consoantes ou contraditórios. Para tanto utilizamo-nos do método etnográfico e das técnicas de histórias de vida, depoimento, observação sistemática e participante para acompanhar a trajetória de quatro mulheres que trabalham no Viaduto Otávio Rocha, em Porto Alegre, no período compreendido entre agosto de 2002 e abril de 2003. Os resultados apontam que as decisões ainda encontram-se centradas na figura masculina que é quem vai dizer se a mulher pode ou não adotar uma criança, se o trabalho fora do âmbito doméstico deve ser considerado apenas um “hobby” ou encarado como uma possibilidade de crescimento e realização profissional.

Palavras-chave: Trabalho feminino, etnografia, histórias de vida.

VIDA PROFISSIONAL E AFETIVA DAS MULHERES NO SÉCULO XXI: O CASO DAS PERMISSIONÁRIAS DO VIADUTO OTÁVIO ROCHA EM PORTO ALEGRE

Introdução

No alvorecer do século XXI, inúmeros estudos versando sobre o gênero feminino e o mundo do trabalho, principalmente no âmbito administrativo, vem sendo desenvolvidos. Em vários autores (CAPELLE et al, 2002; VILAS BOAS et al, 2001; CARVALHO et al, 2001) encontramos essas temáticas sendo elucidadas. É possível verificarmos os posicionamentos femininos ganhando evidência, ao mesmo tempo em que são denunciadas as ações levadas a efeito ao longo das últimas décadas visando a *dês*-masculinização do universo profissional. Vale esclarecer que ao falarmos de gênero, estamos nos referindo a noção desenvolvida por Fagundes (2001, p. 16), qual seja: “[...] o conceito de gênero encontra-se imbricado nos conceitos de identidade, de papel e de relações entre os sexos/gêneros. Ao usar o termo gênero, estamos admitindo a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres, estamos nos referindo às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres [...]”.

A partir dessa ótica, vislumbramos que atividades consideradas até não tão remotamente como masculinas, agora estão sendo desempenhadas pelo sexo feminino. Em virtude disso, surgem indagações tanto no mundo acadêmico quanto empresarial a respeito das diferenças entre os gêneros e de suas respectivas competências. Multiplicam-se assim os estudos que objetivam identificar se há uma forma feminina de administrar, se a busca pelo poder impulsiona o crescimento profissional da mulher tal como o do homem e, sobretudo, destacam-se os estudos que mostram o papel da nova mulher que não mais luta pela igualdade dos sexos, mas sim pela igualdade das oportunidades.

Todavia, as mudanças no sistema social e econômico que vêm pressionando as organizações por novas políticas de gestão de pessoas não têm sido suficientes para satisfazer a uma demanda reprimida de mulheres que almejam conquistar os seus espaços. Um dos motivos que podem estar resultando na insatisfação da mulher com o trabalho é apontado por estudiosos como Hirata, 1998 e Castells, 1999 (apud MELO, 2002) que indicam que o sexo feminino está sendo utilizado, na maioria das vezes, como *mão-de-obra barata*, pois as mulheres necessitam melhores qualificações do que os homens para ocuparem, mediante um salário menor, os mesmos cargos.

Com isso, empreender em um negócio próprio pode ser muitas vezes a saída encontrada para poder alcançar a realização profissional, manter o sustento da família (afinal as mulheres,

segundo o censo demográfico de 2000 do IBGE, já são responsáveis por 24,92% dos domicílios no Brasil) e o cuidado da casa e dos filhos, sendo o último uma atividade considerada ainda como uma característica intrínseca à mulher. Dessa forma, muitas são as mulheres que por meio da sociedade comercial com os seus companheiros e/ou familiares, como verificamos nesta pesquisa, buscam encontrar seu lugar no mundo laboral.

Focando nossos olhares sobre quatro mulheres que fazem parte de um reduto singular, para o exercício do trabalho, na cidade de Porto Alegre, objetivamos compreender os seus ideais e como eles foram se distanciando da realidade ao longo de suas vidas, em face do contexto societário no qual elas estão inseridas. Assim, os medos, as frustrações e a imagem que essas mulheres têm do sexo masculino e do feminino permitiram a realização de um diálogo teórico-empírico versando sobre a realidade da mulher comerciante do centro da capital gaúcha.

Mas afinal, que local é esse onde trabalham as mulheres da nossa pesquisa? Circulando pelo centro da capital dos gaúchos encontramos um monumento neoclássico tombado pelo patrimônio histórico em 1988 e que se mantém imponente no vai e vem típico do cotidiano dessa grande metrópole. Trata-se do Viaduto Otávio Rocha, popularmente conhecido como “Viaduto da Borges”. Localizado na Avenida Borges de Medeiros, uma das vias mais importante da cidade, ele abriga na parte inferior de suas rampas laterais pequenos comércios que dispõem aos transeuntes uma diversidade de produtos e serviços.

A comercialização de artigos para as religiões afro-brasileiras, discos de vinil, livros usados, artesanato, aliado a serviços de barbeiro, chaveiro, sapateiro, dentre outros, estão à disposição daqueles que por lá passam. Ao todo são, aproximadamente, 40 estabelecimentos que se encontram instalados no local. Nessas pequenas lojas sob a responsabilidade, via de regra, de das mulheres e companheiros, é que o mundo do trabalho encontra significado para a profissional, a esposa e a mãe.

Um local considerado marginalizado pela sociedade porto-alegrense e pelos seus próprios permissionários é o típico cenário da vida urbana brasileira. Roubos, assaltos, acidentes de trânsito tangenciam a vida dos comerciantes, clientes e dos passantes deste “locus” da cidade. Na fala de um dos informantes identificamos que o local não é considerado seguro para os cidadãos que fazem das calçadas do viaduto um caminho entre o Centro e a Cidade Baixa. Destaca-se nesta fala, principalmente, a imagem da fragilidade do sexo feminino:

Porque as pessoas passam por baixo do Viaduto agarrando a sacola, principalmente as mulheres, elas andam agarrando as sacolas com medo de ser roubadas. Não que só aqui no Viaduto que elas vão ser roubadas,

elas podem ser roubadas em qualquer lugar. As pessoas hoje, não se tem segurança mais em lugar nenhum (Esposo da Permissionária Branca).

Até a morte se faz presente nesse ambiente, pois é no “Viaduto da Borges” que muitas das desilusões e fraquezas humanas acabam tendo um fim trágico, é lá que muitos desesperados, devido a problemas de ordem financeira ou sentimental, vêm em busca de fuga e usam esse espaço para dar fim as suas vidas. Nesse sentido a mulher aparece novamente como sinônimo de fragilidade:

Aí era assim, muitos casos de amor. Parece que esses tempos teve uma história de um (suicídio), mas sabe cada um conta uma história. Que ele que deixou (a namorada), depois foi ela que deixou. Aí ela se atirou, parece que a maioria (dos suicidas) é mulher. Tem que ter coragem, né? Coragem não! Fraqueza! Se atirar. Quem tem coragem luta, vai atrás. Acho que é fraqueza e não coragem (Permissionária Rosa).

Em 1998, teve início um processo de restauração deste monumento, que só foi concluído em 2001.

Conhecido o cenário, vale destacar que para a consolidação de nosso objetivo esse trabalho apresenta-se estruturado de modo a, inicialmente, munir o leitor de um embasamento teórico capaz de trazer à tona aspectos ligados à evolução do papel da mulher ao longo do tempo e sua atuação no mercado de trabalho nos dias de hoje.

1 Fotografias de época: mulheres e suas trajetórias

1.1 A mulher no contexto histórico

O sexo feminino sempre esteve envolvido com o trabalho e a dupla jornada não é uma característica da contemporaneidade. O que mudou ao longo da história foram às percepções femininas a respeito de seus papéis, e, por via de consequência, as reações dos homens em face dessas percepções.

Se as percepções mudaram foi por estarem consoantes com transformações maiores, das quais duas são inerentes ao processo histórico da mulher e causadoras de estereótipos que se perpetuaram no imaginário de ambos os gêneros: as transformações do conceito de família e as do significado do trabalho.

Lipovetsky (1994) caracteriza a mulher das sociedades pré-modernas como mulheres ligadas a atividades do mundo laboral, uma vez que as atividades domésticas estavam longe de ser prioridade para elas, até mesmo o cuidado com os filhos eram preteridos a tarefas como: exploração agrícola, trabalhos nos estabelecimentos comerciais, cuidados com a contabilidade,

dentre outros. Isso porque os trabalhos domésticos eram pouco complexos e não estavam diretamente ligados ao *status* da mulher na sociedade.

Para Cebotarev (1984, p. 47):

[...] a organização e distribuição do tempo de atores sociais estejam estruturados em torno de atividade centrais que reforçam sua identidade e aumentam o status e poder dos seus papéis-chave. Em outras palavras, todo ator social, em sua distribuição de tempo, procurará satisfazer prioritariamente as atividades mais estreitamente relacionadas com a sua própria percepção de seu papel-chave.

A partir do século XVIII inicia-se, lenta e gradualmente, uma mudança no papel-chave da mulher, esta começa a orientar-se para o interior da casa, mas não centrando seus cuidados apenas no marido e sim os estendendo aos filhos.

Nas palavras de Lipovetsky (1994, p. 207-208):

Surge uma nova cultura que põe num pedestal as tarefas femininas outrora relegadas à sombra, idealiza a esposa-mãe-dona-de-casa que dedica sua vida aos filhos e à felicidade da família. A mulher já não tem apenas, como no passado, de cuidar, dentre outras atividades, dos trabalhos domésticos: de agora em diante, deve consagrar-se a eles de corpo e alma, a exemplo de um sacerdócio. [...] Com a doutrina das ‘esferas separadas’, trabalho e família se encontram radicalmente desunidos: o homem é destinado à esfera profissional, a mulher, ao ‘*home, sweet home*’.

E assim as atenções das mulheres se voltam para essas novas atividades, que ressaltavam sua importância para a sociedade da época. Construiu-se o estereótipo da “dona-de-casa”. Neste contexto, a mulher é recatada, se preocupa com o bem estar do esposo e cuida da educação dos filhos, preparando os meninos para as grandes profissões e as meninas para serem tal como elas e preservarem a “instituição casamento”. Desta forma:

A mulher é condicionada, desde a infância, para o seu futuro papel social de mãe e todo o seu desenvolvimento é norteado por esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe. A maternidade tornou-se, desta forma, um instrumento de dominação social da mulher através do controle que o homem exerce sobre suas funções sexuais e reprodutivas. [...] Torna-se claro que não foi a natureza, e sim a sociedade, quem tirou da mulher seu direito de participar nas tarefas mais

altas da sociedade, exaltando somente suas funções reprodutivas (GRISCI, 1994, p. 31 e 33).

No entanto, esse estereótipo de mãe e “rainha do lar” permaneceu até o momento em que as transformações no mundo do trabalho e no sistema econômico vigente levaram o sexo feminino a questionar o verdadeiro *status* desse papel. Assim, ganha força a discussão referente à mulher submissa ao poder perpétuo do homem, pois isolada na esfera doméstica ela viu-se, com o passar dos tempos, excluída do mundo capitalista ocidental que nascia.

Com a industrialização crescente e a popularização dos bens de consumo cria-se a operária de fábrica. A mulher volta-se então para as questões externas ao lar. Esse assalariamento feminino não foi visto como natural pelo sexo oposto, uma vez que preponderava a imagem de que a característica intrínseca ao gênero feminino é a capacidade de ser feliz não sendo um ‘indivíduo’, mas um ser adorável que vive ‘fora dela’ e para os outros. Assim, a mulher “não é do domínio da ordem contratualista da sociedade, mas do da ordem natural da família” (LIPOVETSKY, 1994, p. 210). Sem considerar que ao ocupar postos masculinos a mulher passa a disputar o mercado de trabalho com o homem e isso acaba por levar a uma oferta maior de mão-de-obra masculina excedente.

Entretanto, ser a “rainha do lar” já não granjeia o destaque obtido em meados do século XIX, principalmente, pelo fato de que a mulher começou a almejar as facilidades de uma sociedade que prioriza o consumo e, no extremo, o consumismo. Contudo, a volta da mulher ao mundo laboral somente justificava-se na medida em que seus ganhos tornar-se-iam uma fonte de rendimentos para a família, possibilitando o ingresso da última na nova ordem da sociedade de abundância. Desta forma, a mulher continuava percebendo-se como submissa à ordem familiar e principalmente à figura masculina, sendo esta o marido, o pai ou agora o patrão. Por mais que os movimentos feministas buscassem a igualdade do papel da mulher e do homem no mundo do trabalho, que até então era predominantemente masculino, eles não estavam propensos a ceder seus espaços e, principalmente, seu poder ao sexo frágil.

Considerando as palavras de pensadores como Aristóteles, Rousseau e Kant não há, como o homem ceder algo que é seu por natureza, ou seja, a mulher como sexo inferior desprovida da capacidade de ocupar-se com grandes reflexões não teria alternativa a não ser submeter-se às vontades do sexo oposto e aceitar o poder como característica própria do homem (CARVALHO et al, 2001). Esses pressupostos permitiram que se construísse uma imagem da mulher hierarquicamente subordinada criando então a percepção dicotômica do homem dominante versus uma mulher dominada como algo permanente. Segundo Louro (1997, p. 37), essa fórmula única, fixa e permanente, permitiu que por vezes se “cristalizasse uma vitimização feminina ou em

outros momentos que se culpasse a mulher por sua condição social hierarquicamente subordinada”.

Todavia, considerar o poder masculino como algo imutável é no mínimo questionável face às contribuições feitas por Foucault (1986, p. 248):

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseado em uma análise enganosa, e que, em todo o caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria por função refazer o que um Boulainvilliers ou um Rousseau quiseram fazer. [...] se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em um determinado momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na verdade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análises que permitam uma analítica das relações do poder.

Nesta discussão sobre o poder Cappelle et al. (2002) citam Louro (1997b):

Ao ser trazida para os debates sobre relações de gênero, a concepção de poder elaborada por Foucault remete à interpretação dessas relações sob a forma de redes tensas e continuamente ativas, em que não se possibilita a posse do poder, mas somente a capacidade de exercê-lo em múltiplas instâncias e intensidades diversas (LOURO, 1997b). Dessa forma, o poder passa a ter seus efeitos vinculados a manobras, técnicas, táticas e mecanismos, tendo implicações sobre as ações dos sujeitos que o exercem.

Também Motta (1986, p. 73) ao comentar Foucault afirma que “[...] o poder não é visto como objeto natural, mas como prática social construída historicamente”. Uma prática que permitiu que estereótipos como o da “rainha do lar” se sedimentasse em nossa sociedade e assim permanecesse tempo suficiente para criar verdadeiras muralhas entre o mundo da casa e o mundo do trabalho. Muralhas postas estrategicamente pelo homem no decorrer da história – e aceitas pela mulher - a fim de justificar suas relações de poder sobre o sexo “frágil”.

1.2 A mulher e o mercado de trabalho atual

O contexto atual tem exigido um repensar com relação ao ambiente organizacional. Mudanças sociais, econômicas e políticas pressionam as estruturas hierarquizadas das empresas e um novo estilo de administrar tem sido exigido. Assim, abre-se um novo espaço para as mulheres.

Rech (2001) salienta que, no Brasil, a liderança feminina é algo raro e recente ainda e, por assim ser, depara-se com duas contradições: a elevação desta liderança e o estranhamento do que é diferente. No que tange à primeira contradição, a autora comenta que, por ser novidade e não possuir um passado, a liderança feminina está menos passível a críticas; no entanto, ela causa estranheza uma vez que está se desenvolvendo dentro de uma atmosfera empresarial onde a construção da organização do poder é feita pela lógica masculina. Configura-se assim uma das origens das dificuldades da ascensão da mulher aos postos de liderança.

A hierarquização do poder na organização é bem mais complexa do que a dicotomia do homem dominador e da mulher dominada, ela origina-se de pressupostos que afirmam ser a luta pelo poder e pelo *status* uma característica intrínseca ao homem ao passo que a mulher prioriza a harmonia, a igualdade e o relacionamento interpessoal (CAPPELLE et al., 2002). Essas diferenças impediram, por muito tempo, que as mulheres desempenhassem atividades tidas como masculinas. No entanto, a partir de 1970, elas buscaram espaços em áreas como engenharia, medicina, matemática, dentre outras (FENSTERSEIFER, 2000; NICKHORN E NORA, 2003).

Ademais, a comprovação de que a hierarquização do poder masculino ainda encontra espaço nas empresas nos é dada à medida que a distinção salarial continua sendo praticada: “dados recentes, fornecidos pelo grupo CATHO (2000), apontam que as mulheres em cargos gerenciais recebem em média 16,2% menos que os homens em postos idênticos” (MELO, 2002). Além disto, Oliveira et al. (2000) comentam que se faz presente, ainda, em muitas organizações a discriminação quanto ao estado civil e quanto à aparência física.

A discriminação quanto ao estado civil deve-se ao fato de que as representações que se mantêm a respeito da figura feminina continuam intimamente ligada aos afazeres do lar e aos cuidados com os filhos, resultando assim na dupla jornada de trabalho. Um estudo realizado por Boscarin et al. (2001) “comprova a dupla jornada das mulheres executivas, que corresponde a até 8 horas diárias na empresa e até 6 horas diárias em casa”. Carmer et al. (2001) corrobora e vai além, pois indica que a família constitui uma carga para as mulheres que têm uma profissão, uma vez que exige que elas assumam o seu papel no lar.

Com o objetivo de equilibrar a vida profissional e a demanda da casa é que muitas mulheres deparam-se com a oportunidade de empreenderem-se na criação de um novo negócio,

que pode ser facilitado quando apoiado pelo companheiro ou outros familiares. Assim, “abrir um negócio oferece à mulher uma alternativa adaptativa ou ‘via escapatória’ de empregos menos convenientes e menos flexíveis no setor assalariado” (CARR, 1996 apud QUENTAL e WETZEL, 2002)

Nesse sentido, Schmukler (1984, p. 198) estudou a mulher na família comerciante e constatou que a sociedade entre cônjuges resulta na convergência dos objetivos profissionais e familiares, visto que a mulher “não reconhece objetivos econômicos próprios, de crescimento e de individualização e seus fins econômicos são parte dos fins familiares”. Com base nesta constatação podemos inferir que ao optar pela construção de uma carreira dentro de uma sociedade familiar o resultado alcançado pode ser de realização feminina ligada ao papel da “rainha do lar” e não da mulher como indivíduo profissional.

Assim, a luta que a mulher tem travado com a sociedade empresarial masculinizada encontra espaço nas sociedades familiares. Mesmo quando sócias de um negócio, as mulheres encontram-se subordinadas a certas hierarquias delimitadas pelo gênero, além disto têm que equilibrar as atividades profissionais com as domésticas e, sobretudo, priorizar o papel de esposa e mãe. Um papel que, na verdade, não é tão inerente à condição feminina como tem sido preconizado pela sociedade (sobre isso ver BADINTER, 1985).

Uma vez ciente dessas proposições teóricas, cabe conduzir o leitor pelos caminhos percorridos pelas pesquisadoras para a concretização do estudo que ora se apresenta.

2 A escolha da máquina fotográfica, do filme e da revelação: o método

As mulheres são percebidas pelo senso comum como seres sensíveis, capazes de choro fácil, as lágrimas costumam rolar por suas faces em momentos de alegria, de tristeza, de raiva. Como captar nas falas essas emoções, elementos fundamentais para a compreensão daquilo que nos propusemos a investigar?

A etnografia configurou-se como o método ideal que permitiu desvendarmos a complexidade da natureza dessas mulheres. As técnicas de observação sistemática e participante; as histórias de vida e os depoimentos nos proporcionaram conhecer o cotidiano das comerciantes do “Viaduto da Borges”. A respeito das histórias de vida, Schmukler (1984, p. 187) em seu estudo sobre a família comerciante afirma:

A História de vida foi útil não só para verificar os processos de transformação das condutas da família em diferentes condições econômicas como para compreender os papéis de cada membro, de um modo dinâmico.

Assim, a história de vida é vista pelos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais como uma fonte capaz de trazer à cena da pesquisa novos fatos ou preocupações teóricas, algo que a historiografia ou os relatos oficiais disponibilizados nas fontes escritas não foi capaz de captar. A partir dos relatos, teorizações podem ser postas em xeque ou repensadas.

Consideramos relevante destacar aqui Debert (1986) que cita, como exemplo, o trabalho de pesquisa realizado entre mulheres da classe média com setenta anos ou mais, onde a representação da velhice aparecia nas vivências individuais como um momento de liberdade, pois a juventude era lembrada como um momento de opressão paterna, o que na juventude era lido como amor dos pais para com as filhas, na velhice era relido como uma falta de liberdade imposta pelos pais e pela sociedade. Mas essas mesmas mulheres, ao comentarem sobre as jovens de hoje, salientam a existência de uma liberdade exagerada. A dicotomia esfera doméstica x esfera pública como motivadora para uma ação política, revela outra característica até então negligenciada pelos pesquisadores. As mulheres idosas engajadas na política revelaram isso só ser possível em face da sua vivência na esfera doméstica, pois os homens ao se envolverem com o trabalho fora de casa, deixam de obter uma série de informações advindas da mídia escrita e eletrônica, o que lhes acarreta uma certa alienação no âmbito político, ao contrário das mulheres, que por estarem em contato diário com os veículos de comunicação de modo mais intenso, conseguem formar as suas opiniões e optam por participar politicamente. Diante desses dados, Debert (1986) sentiu a necessidade de relativizar pressupostos e conceitos tidos, até então, como universais e isso, segundo a autora, só foi possível diante das revelações obtidas através das histórias de vida.

Para Becker (1994), a história de vida, assim como a observação participante, permite ao pesquisador ter uma noção de processo acerca daquilo que investiga. Tanto Becker (1994) como Debert (1986) chamam a atenção que nas histórias de vida obtêm-se fragmentos desconexos, incoerentes e ambíguos que vão contribuir para a compreensão do todo.

No caso desta pesquisa, que iniciou em agosto de 2002 e ainda não terminou, a aproximação com as permissionárias, deu-se através de uma das pesquisadoras que antes de iniciar o trabalho costumava adquirir bens e serviços em algumas lojas. Optamos pela entrada em campo sem a intermediação de nenhum órgão oficial, assim, uma das pesquisadoras perguntou para duas permissionárias se elas estariam dispostas a colaborar. Ambas, após terem ciência do objetivo da pesquisa concordaram. A primeira a ser entrevistada havia deixado, na sexta-feira, agendada a entrevista para a segunda-feira da semana subsequente. As pesquisadoras encaminharam-se até a loja e a permissionária, que a princípio mostrou-se afeita à realização do trabalho, aparentava desconforto, todavia, acabou concordando que daria a sua contribuição, mas restrita aquela tarde. Apenas uma das pesquisadoras permaneceu no local. Esse primeiro relato foi

denso e permitiu também a descoberta de conflitos entre os permissionários. Diante das antipatias reveladas resolvemos solicitar a informante que nos indicasse outro permissionário com quem pudessemos conversar. Essa estratégia configurou-se como a mais adequada.

Entretanto, outra dificuldade fez com que algumas alterações fossem incorporadas com o fito de nos adequarmos ao campo. Decidimos por trabalhar inicialmente com quatro lojas, nosso objetivo maior era a história de vida e a observação participante, porém, nossa primeira informante decidiu que nos daria um depoimento e não participaria das demais entrevistas de construção da sua história de vida. Respeitamos a decisão da informante e trabalhamos, para efeitos de análise, com o depoimento.

Nos adaptamos ao momento de cada pesquisado, assim, em duas lojas, as histórias de vida das famílias, das empresas e dessas mulheres começam a ser construídas, nas outras duas lojas a predominância é dos depoimentos. A observação participante tem se dado na condição de pesquisadoras-clientes, mas deve evoluir para uma observação participante mais intensa nos próximos meses. A observação sistemática tem ocorrido de forma bastante intensa.

Todos os envolvidos com a loja (especialmente familiares) foram entrevistados. Nos relatos, trocamos o nome das mulheres entrevistadas, visando preservar suas identidades. Então, no próximo item vamos apresentar: Violeta, Carmim, Rosa e Branca.

3 Fotografias de mulheres: quem são elas?

Violeta, Carmim, Rosa e Branca são partícipes de uma mesma geração, por essa razão apresentam pontos de confluência em seus relatos, mas suas vivências são únicas, como também o são suas falas.

Violeta pode ser considerada exceção dentre elas, pois a loja de artigos de presentes que administra foi herança do pai com quem ela trabalhou até o falecimento do mesmo. Ela ficou órfã de mãe ainda muito cedo, e como primogênita passou a auxiliar o pai na educação das irmãs mais novas. O pai, após o casamento de uma de suas filhas, decidiu vender as joalherias que possuía no interior do Rio Grande do Sul e mudar-se para a capital. Eles encontram no Viaduto, o ponto ideal para abrir um novo negócio. Hoje, ela divide a sociedade da loja com as irmãs, mas é a única responsável que gerencia o comércio. Além disso, ela também utiliza o espaço superior da loja para exercer uma das atividades que mais a agrada: a restauração de imagens em gesso. Na sua condição de mulher, comerciante e solteira em relação aos demais permissionários que integram o complexo do Viaduto Otávio Rocha, ela diz: “Acho que a única que vive só da loja sou eu. O resto tudo tem rendas. Tudo tem aposentadoria, ou tem marido para ajudar. Eu sobrevivo daqui”.

Carmim trabalha há 17 anos com o marido, o sogro e um amigo. Podemos encontrá-la na barbearia do Viaduto, mais especificamente na parte superior deste comércio, local onde atende ao público afro para a realização de cortes, penteados e apliques. Ela tem três filhas do primeiro casamento. Viúva, casou-se pela segunda vez e desta união teve sua quarta filha que está com sete anos. Antes do seu segundo casamento ela trabalhava na Companhia Riograndense de Telecomunicações como supervisora, apesar de já possuir habilidade com a tesoura e executar cortes de cabelo em seus familiares, somente após o segundo casamento é que resolveu atuar nesse ramo junto com o marido e o sogro.

Rosa veio do interior do estado, antes de casar-se trabalhou no comércio, na área educacional e atuou como representante sindical no Sindicato das Empregadas Domésticas de Porto Alegre, local onde conheceu seu marido que, por possuir um bar no Viaduto, estava em contato constante com o sindicato dos garçons, ambos sindicatos situados no mesmo prédio. Foi no bar que ela passou a trabalhar após o casamento, mas em virtude da reforma ocorrida no Viaduto eles foram obrigados a mudar de ramo. Atualmente, ela juntamente com o esposo e a sobrinha são proprietários de um “sebo” destinado à venda de livros, discos e cds usados. Ela confessa que: “não posso ter filhos é que eu tive um probleminha”, mas revela o desejo de adotar uma criança, o que não é compartilhado pelo esposo.

Branca é a segunda esposa do permissionário da flora. Ela antes de casar-se trabalhou em uma empresa, onde: “eu fazia trabalho de rua, serviço de banco, coisa assim”. Em 1988, ela passou a ser funcionária da Rodoviária de Porto Alegre, mas o novo trabalho configurava-se como uma atividade muito árdua: “A gente tinha que trabalhar sábado, domingo, dia e noite. Às vezes, tinha que viajar para o interior com eles”. Ela era freqüentadora de um centro de Umbanda, onde conheceu e tornou-se amiga da primeira esposa de seu atual companheiro. Esta última ao receber o diagnóstico de sua doença e prever seu falecimento viabilizou o contato da amiga com o esposo, com os filhos e até mesmo com os vizinhos. Conforme as palavras do permissionário: “Ela sentiu que ia morrer e fez um gancho para nós se encontrar”. Foi após a morte da amiga que os encontros com o permissionário passaram a ter outro significado. Assim, casou-se, assumindo com ele a manutenção da loja como também a casa e os três filhos dele. Ela, devido à exigência do marido, não pode gerar seus próprios filhos.

4 Fotografias da era digital: as permissionárias e suas vivências

4.1 Foto 1: a submissão na história familiar e profissional dessas mulheres

A submissão aos ditames dos pais e maridos revela-se como uma fala predominante entre as nossas entrevistas. Para elas a posição ocupada pelas mães correspondia a algo que não gostariam de experienciar, o jugo masculino:

Aí ela ficava em casa e as decisões era tudo meu pai. Ela não fazia nada sem antes: ah! Tem que falar com o teu pai. Mas como? Não, tem que falar com o teu pai. Eu achava o fim aquilo ali, mas não tinha como brigar com ela pra mudar, porque ela foi criada pra aquilo ali, né?
(Permissionária Rosa)

Uma submissão que, no entender das mesmas, não tinha razão de ser, uma vez que para elas homens e mulheres são igualmente capazes. Todavia, reconhecem que essas práticas eram acionadas devido aos costumes da sociedade daquela época, quando cabia ao sexo feminino o cuidado para com a casa e com os filhos, atividades essas exercidas no âmbito privado do lar, cuja fonte de recursos financeiros para garantir a sobrevivência da família vinha do homem, daí verificamos também uma dependência financeira. Tal situação implicava a manutenção do domínio do homem sobre a vontade feminina: “Ela começou a ter os filhos, ela teve oito (risos) já pensou ter oito! Era filhos! Aí ela ficava em casa e as decisões era tudo meu pai [...] Por que a mulher não pode decidir nada?” (Permissionária Rosa).

Incomodadas com o que presenciavam, elas buscaram na independência financeira uma forma de não repetirem os caminhos que foram trilhados por suas progenitoras. Assim, trabalhar “fora” foi a maneira encontrada para proverem seu próprio sustento e não dependerem de pais ou maridos.

No caso, Violeta, por ter a oportunidade de trabalhar na empresa da família, traçou um caminho um pouco diferente, pois ela optou em permanecer trabalhando sob a guarda de seu pai. Não por estar plenamente satisfeita com a situação de dependência, mas por sentir que teria maior liberdade quando não mais dependesse do pai para pagar sua faculdade. Assim, deixou de seguir sua carreira profissional em nome de uma independência imediata, mesmo que isso significasse perpetuar o trabalho paterno:

Daí um dia eu conversei com o pai e disse pra ele: eu não acho necessidade de pagar faculdade pra mim, porque eu vou me formar, e o que eu quero é continuar na loja, com certeza foi bem melhor. Ele me dizia: eu acho que tu devia (continuar estudando). Não, mas eu não quero mais, aí eu desisti.

A busca pela liberdade para elas era, sobretudo, uma luta feminina, na qual reivindicavam os mesmos direitos que os homens: direito de ter uma profissão, de sair à noite, de morar sozinhas, de tomar suas próprias decisões e terem suas próprias opiniões. Isso tudo incentivado pelas características de uma idade em que todos são mais intransigentes. Intransigência que, às vezes, resultava em desentendimentos familiares.

Que a mulher tenha uma opinião, assim, eles não aceitam (risos). [...] eu sempre pensei assim. Lá fora, o motivo que eu sempre brigava com meus irmãos era esse. Eu tinha a cabeça diferente deles. Eles achavam que eu era louca, né? Ah! ela é louca, imagina! Aí por isso eu vim embora. Eu não me entendia muito bem com eles. (Permissionária Rosa)

E no dizer de outra permissionária:

Eu sei porque quando eu era mais nova eu era uma pessoa super intolerante. Hoje eu sou uma pessoa mais *light*. Mais *light*. Eu era intolerante. (Permissionária Branca)

No entanto, para Rosa, era justamente o excesso de transigência que tornava a mulher submissa ao marido e que permitia que os casamentos durassem por toda uma vida. Perpetuando-se, desta forma, relacionamentos nos quais apenas as vontades de um dos cônjuges eram respeitadas

Aí eu comecei a entender porquê os casamentos duravam 50 anos (risos). Não tinha briga, as mulheres só diziam sim, sim, sim (risos) não tinha como brigar, elas concordavam com eles sempre. E a minha mãe se dava bem. E meu pai era assim, né!

Além de manter o casamento, a complacência das mulheres também poderia mantê-las a salvo da violência doméstica. Pois, segundo as explicações de nossas informantes, quando a mulher não concordava com a opinião do marido e tentava argumentar, ele, muitas vezes, encontrava-se de “cabeça quente” e não aceitava dialogar com a esposa o que resultava em conflitos, onde a mulher acabava sendo agredida. Nas lembranças de Rosa:

Eu via aquilo assim: os homens quase batendo nas mulheres. É porque as mulheres levavam o laço se não fizessem o que eles queriam e, eu achava aquilo o fim da picada! É horrível aquilo, mas fazia parte da criação do meio, ainda mais assim no interior na colônia.

4.2 Foto 2: a submissão dessas mulheres nos dias atuais

No entanto, o que elas relatam como sendo “coisas que aconteciam somente com suas mães e avós”, nós observamos que ainda se fazem presentes nas vidas dessas mulheres, é claro

que agora os instrumentos de coerção são outros e as conseqüências estão se tornando mais amenas, pelo menos fisicamente, mas consciente ou inconscientemente elas sabem que ainda há muito que mudar para que aqueles ideais de independência e liberdade possam tornar-se realidade para o sexo feminino.

As situações das quais elas fugiam e torciam por ver mudar, hoje, continuam sendo reproduzidas em suas casas e em seus trabalhos. Quanto à vida familiar temos indícios que nos revelam as representações que elas possuem acerca do casamento. Neste trabalho não diferenciamos os relacionamentos conjugais legalizados – os conhecidos de papel passado - das demais formas de relacionamento. Entretanto, essa distinção ficou fortemente identificada nos discursos das nossas informantes, revelando os preconceitos que existem na sociedade contemporânea e que partem tanto do sexo feminino quanto do masculino. Esse preconceito deixa um sentimento de desconforto nas pessoas que optaram em assumir um relacionamento sem a presença do juiz de lei:

E é isso. Tamos aí há 11 anos, mas nós não somos casado, não no papel. Ele já foi dizendo que era ante-casamento e como eu também não sou muito chegada. Papel não resolve nada. E depois já somos sócios. Mas quando eu chego em algum lugar e perguntam, eu digo que sou solteira. Não sei porque que tem que ficar lá naquele papel o estado civil, não chega o nome da pessoa (risos). Eles tinham que mudar esses documentos. O que interessa saber se a pessoa é casada ou é solteira ou se não é. Se sou ou deixei de ser [...] ser casada ou solteira (Permissionária Rosa).

Mas, ao tentar responder o questionamento de Rosa, nos deparamos com um pré-conceito que existe na sociedade e que é fortemente encontrado no meio empresarial. Ser ou não casada configura-se muitas vezes como um pré-requisito à contratação, pois certos cargos exigem mobilidade profissional e total dedicação, o que a mulher casada não teria a oferecer para a empresa. Primeiro, porque aos olhos da classe empresarial a carreira da mulher está ligada a do esposo e, assim sendo, mudanças em virtude de transferências só seriam possíveis se o profissional em questão for do sexo masculino. Segundo, porque uma futura gravidez acarretaria para a empresa um custo dispensável. Além disso, para o homem ser casado o faz mais responsável e a dedicação esperada pela organização nas tarefas a serem realizadas se concretizariam perante o papel do homem como provedor do lar.

Analisando o discurso do esposo de Rosa podemos perceber que a “informalidade” do relacionamento o incomoda, pois mesmo dizendo ser “ante-casamento” ele parecia inibido em

chamá-la de companheira e quando a tratava desta forma buscava justificar a não formalidade do relacionamento. Uma formalidade pela qual Carmim sujeitou-se duas vezes e que representou para ela uma loucura, principalmente, por ser ela beneficiária da previdência social devido ao falecimento do primeiro marido e ter perdido tal benefício em virtude do segundo casamento, o qual somente aconteceu para agradecer suas filhas e mãe:

Casamento é uma loteria! E depois de viúva e ganhando pensão fui me casar. Isso porque minhas filhas diziam que não queriam amasiamento, e que minha mãe dizia que coisa de se juntar era coisa de prostituta. Fui lá e casei de novo. A minha outra filha, a de 20 anos está se separando. Eu avisei para ela não casar, ela tinha o meu exemplo, [...]. (Permissionária Carmim).

Na esfera doméstica, de acordo com nossas observações, podemos inferir que para os homens que possuem seus comércios localizados no Viaduto Otávio Rocha, as responsabilidades da mulher não vão muito além da casa. Para eles, uma esposa é sinônimo de casa limpa, janta pronta e filhos bem cuidados:

Aí quando minha esposa faleceu, depois de uns 6 meses, meu sogro também adoeceu. Ele era um pai pra mim. Minha filha adoeceu, e eu fiquei sozinho, com filho pequeno de 2 anos, minha guria de 11 e meu guri de 14. E eu fiquei muito sozinho, eu tinha que cuidar da casa, cuidar da loja, cuidar da minha filha hospitalizada, do meu sogro hospitalizado. [...] Aí eu fiquei 6 meses sozinho, aí eu procurei ele (o sogro) e falei: Olha [...] eu tenho que arrumar alguém pra mim. Pra me ajuda, pra dividir um pouco dos problemas que eu tenho. Tô muito só, é muita coisa pra eu agüentar sozinho. Ele me deu a maior força. E foi quando eu fui procurar essa, a minha atual esposa (esposo da Permissionária Branca).

Contudo, esses homens afirmam que ser casado apresenta outras vantagens além das mencionadas acima, pois nada como um casamento estável para diminuir as obrigações dos homens com os amigos e as noites de festas, nas quais costumavam gastar boa parte dos rendimentos da empresa. Sob essa ótica, estar casado possibilita concentrar os investimentos em bens materiais como casa, automóvel e outros.

A respeito das obrigações da mulher para com a casa e com a família constatamos que, diferente do que ocorria com a mulher consagrada “rainha do lar”, as permissionárias não se sentem privilegiadas ao executarem tais atividades. Para elas, não existe *status* em ser considerada “do lar” nem em ter que enfrentar uma dupla jornada de trabalho. Na verdade, essas

obrigações que as fazem trabalhar mais tempo do que os homens, somente, ratifica a capacidade do sexo feminino, que podem se considerar “super” mulheres, ao mesmo tempo em que minimiza a culpa por estarem preterindo um espaço que, até então, era consagrado a elas:

Ah! Eu acho um saco o trabalho de casa! Não é ruim, não é ruim totalmente, mas é uma rotina. Tem dias que tu não tem saco. É uma coisa muito chata, tu que é fazer outra coisa. Não tá com saco de fazer a mesma coisa. Lavar, cozinhar, varrer, limpar banheiro [...] é um saco (Permissionária Branca).

Na ótica de outra permissionária:

E aí eu vejo, que pra tu vê a mulher trabalha sempre o dobro que o homem, né? Trabalha fora, depois chega em casa, trabalha em casa. E eles não fazem nada, né? A maioria, né? É claro que tem. Eu conheço uns como o meu cunhado e o meu irmão que não, que eles fazem tudo, mas é uma exceção, né? A maioria chega em casa e não faz nada. Só senta e vai ver televisão, ler jornal. E a mulher é que fica lá correndo, faz almoço, faz janta, limpa a casa e tãñãtãñãtãñã, serve, tira e bota e guarda. E eles continuam sentados, né? (risos) Agora se tu vai falar já pinta o clima, já pinta uma briga, né? Vai lá levanta daí, faz alguma coisa! Aí eles não aceitam, né? Já a mulher, se eles reclamam que: Ah! Tu não fez nada, não tem nenhuma comida?! A mulher já fica quieta. Ah! É! Não fiz. Amanhã eu faço. Não sei o que. Ao invés de chegar e dizer mas tu não vai ajudar, não pode fazer nada. Eles não aceitam. Pelo menos os que eu vejo, a maioria, não aceita. Se tu vai dizer que eles não tão fazendo nada, só tu que tá, eles dizem: mas é tu que tem que fazer. Isso aí é teu dever. Mas como! Eu acho que não. Tem que ser os dois, né? Mas a maioria hãñhã. Só fazem lá de vez em quando (Permissionária Rosa).

4.3 Foto 3: mulheres e a maternidade

Outra característica considerada intrínseca a mulher e que apareceu tanto nos discursos femininos quanto nos masculinos foi a questão da maternidade. O nosso estudo corrobora a citação de Grisci (1994) quanto ao controle que o homem tem sobre as funções sexuais e reprodutivas da mulher. Pois evidenciamos nos discursos que para a mulher a condição de mãe está única e exclusivamente ligada à vontade do marido. Carmim mesmo já sendo mãe de três meninas aceita uma quarta gestação para “dar um filho legítimo ao esposo”. Ao passo que Rosa desiste da adoção de uma menina por não ser apoiada pelo marido. E, esse controle do homem

sobre a mulher deflagra-se mais claramente na vida de Branca que para poder se casar teve que se submeter à condição imposta pelo companheiro de não ter filhos, uma vez que ele já possuía três do primeiro casamento:

Eu não tenho filho com essa segunda esposa. Uma opção minha, porque eu achava que não ia dar certo. Porque se ela tivesse um filho dela, ela não iria tratar o meu da mesma forma. Eu disse que se ela queria ser mãe não ia dar certo, deixei bem claro isso, que se ela quisesse ser mãe teria que ser com outro, que comigo não daria porque eu já tinha 3. [...] sim ela adotou os meus. Bah! Se dão muito bem com os meus filhos. Adora muito os netinhos, que chamam vó pra ela (esposo da Permissionária Branca).

A questão da adoção dos filhos dele e da preferência de um filho a outro são contraditórias, pois a primeira respalda a idéia de que a maternidade é um sentimento inato à condição feminina, uma vez que mesmo não tendo gerado um filho a presença das crianças na vida desta mulher despertaria o sentimento materno. Entretanto, preferir um filho a outro, mesmo que ilegítimo, demonstra a fragilidade deste sentimento que tem deixado muitas mulheres divididas entre a culpa e a realização. Culpadas por deixarem as crianças sob a responsabilidade de outros enquanto buscam na profissão suas realizações pessoais. Todavia, estamos entrando em uma geração que, por meio das intervenções médicas, está dividindo as responsabilidades pelos filhos entre o casal e, uma nova mentalidade vem aos poucos se criando. Surge, assim, ao lado do senso de maternidade o de paternidade.

4.4 Foto 4: as responsabilidades e a realização pessoal em casa e no trabalho

Notamos que a divisão entre a culpa e a realização tem obrigado as mulheres a fazerem suas opções, desta forma percebemos que como ocorreu com Violeta muitas são as mulheres que priorizaram e vem priorizando a sua realização profissional. Para Violeta fazer o que realmente se gosta é o que dá sentido a vida, a despeito dos sacrifícios pessoais e da luta empreendida, mas que são compensados quando o próprio trabalho propicia a realização de sonhos. Sejam eles a compra de bens ou as viagens de férias:

Olha no início eu achei até que não iria conseguir, eu não sei da onde eu consegui tirar força pra assumir um monte de compromisso. E hoje nada me mete medo, nada me impede de fazer o que eu quero. E o que eu quero, tudo o que eu quero eu consigo. Não sei como, não me pergunta da onde vem essa força, mas vem. (antes) Era tudo com ele (pai dela), agora é tudo comigo, e assim quando a gente começa a dar valor pras

coisas. Hoje tem muito mais valor, vamos supor se eu quiser comprar alguma coisa pra dentro da minha casa, [...] mas assim oh! tudo o que eu compro eu digo: Pô! É do meu trabalho! Todos os anos eu vou para o nordeste. [...] Com o meu dinheiro, com o meu trabalho!

Identificamos no discurso dessa permissionária, a mulher assumindo o trabalho do homem. O que antes era responsabilidade exclusiva de seu pai, agora, é por ela desempenhado. Ela analisa as responsabilidades de assumir um comércio, de ter que negociar com os fornecedores, com os clientes, saldar as contas e reconhece que não sabia se seria capaz de viabilizar sozinha a continuidade da empresa, no entanto os bons resultados alcançados por ela são prova de sua capacidade gerencial. Todavia, ela, como as demais permissionárias, revela que nesses pequenos comércios ainda predomina a hierarquização do poder masculino, pois, somente após a morte de seu progenitor que pôde assumir o gerenciamento do negócio.

Branca reafirma a existência desta hierarquização, uma vez que ela demonstra toda a sua vontade de envolver-se mais intensamente com as atividades da loja. Ela diz possuir uma forma diferente de ver o mercado, atribui isso ao fato de ser mulher, e assim tem sugestões que postas em práticas poderiam beneficiar o andamento do pequeno comércio. Entretanto, sua autonomia na empresa não permite, nem ao menos, que ela conceda um desconto aos clientes:

Tem que ter muita paciência pra lidar com ele. Tu qué uma coisa, tu qué falar alguma coisa, até mesmo aqui da loja. Porque a gente que é mulher tem outra visão. A gente vê as coisas totalmente diferente que os homens vêem (Permissionária Branca).

A submissão desta mulher ao marido deve-se ao fato de que para ele a mulher deve a priori ocupar-se com as coisas da casa, vendo o trabalho no comércio como uma espécie de lazer para o sexo feminino. E ela assume esse discurso na medida em que relata:

Aí quando eu fui morar com o meu marido, precisava de mais tempo para cuidar da casa, dele e das crianças. Por isso eu larguei a rodoviária. [...] Eu trabalho aqui desde que fui morar com ele, nós namoramos, e quando fui morar com ele eu sai do meu emprego e fui cuidar da casa, mas para não ficar só nos trabalhos da casa, para não ficar só em casa pensando besteira, porque ficar só em casa é chato, eu venho trabalhar aqui. Isso faz uns 11 anos. Assim eu me distraio.

Pensamentos semelhantes foram percebidos nos demais relatos, pois a mulher é inserida nesse espaço de trabalho por meio do marido. E essa inserção deve-se, principalmente, ao fato de que a mulher antes de se casar possuía uma vida profissional e com isso não saberia dedicar-se tão

somente ao esposo, a casa e aos filhos. Desse modo, ajudar nas atividades da empresa significa uma forma de distração, de redução de custos – não sendo necessário a contratação de um funcionário para desempenhar tais atividades – e, sobretudo, de ter tempo para as atividades domésticas. Para Branca e Rosa o mundo comercial ainda apresenta-se como tipicamente masculino: “Só os homens aí [...] que respondem pelas lojas (Permissionária Branca)”.

Tais situações vem ao encontro do que postulou Perreault (1994, p. 247):

Quando se analisa as características do trabalho feminino, seu parentesco com o trabalho doméstico não pode nos escapar. Esse parentesco repousa nos gestos desenvolvidos pela repetição e pela monotonia das tarefas domésticas, e isso desde a mais tenra idade das mulheres.

Tal parentesco se revela numa característica cada vez mais visível: o trabalho feminino é tão desvalorizado em geral quanto o trabalho doméstico.

Perante as representações dessas mulheres, que se submetem as vontades do marido no ambiente doméstico e profissional, podemos dizer que o comércio no Viaduto não pode ser considerado como um local que propicia uma carreira profissional para a mulher. Elas submetidas a uma hierarquia paternalista – e por que não dizer machista? - não podem colocar em prática suas formas de administrar, não desenvolvem assim suas competências e nem ao menos conseguem por meio da participação tomar parte nas decisões estratégicas da empresa. Ou seja, técnicas de gestão tão em voga no meio organizacional podem defrontar-se com obstáculos quando confrontadas com as questões de gênero.

Passos (2001, p. 161) postula com propriedade:

A não responsabilidade feminina, interpretada por muitos – homens e mulheres – como um benefício a elas concedido é de fato, mais um impedimento para a sua liberdade. Ora, numa sociedade regida pela universalidade só os iguais podem participar do jogo do poder, do espaço público, ou seja, aquele que possibilita a transcendência do indivíduo. Ser diferente é traduzido como desigual e condição para a discriminação, para excluí-las do mundo do pensamento, da razão. Como consequência, por exemplo, não ocupam os cargos e posições importantes, são relegadas aos papéis secundários e de menor prestígio social e valor econômico, que favorecem o desenvolvimento da submissão e da debilidade.

4.5 Foto 5: o “machismo” das mulheres

Nossas entrevistadas revelaram em suas falas preconceitos ligados as profissões, algumas tidas como femininas, outras como masculinas; noções sobre a sensibilidade masculina e sobre a própria sexualidade. Nas palavras de nossas informantes:

Só que o trabalho dele, já veio gente com restauração feita por ele que eu tive que refazer porque não é bem feita. E eu achei também que não era bem feita. Mas isso é porque eu sou mulher, mulher tem mais jeito pra coisa (restauração) e homem não (Permissionária Violeta).

E já pensei em ensinar pra ele (marido) fazer aplique e etc e tal, mas eu acho difícil ele aprender. Isso é uma coisa que dá trabalho. Ah! Sei lá não é pra homem. Até eu acho que pode ser que um travesti leva mais jeito. É um serviço que quem sabe, pra homem mesmo não dá (Permissionária Carmim).

É tipo assim, tu tem que ter mais diplomacia do que ele, porque homem é mais intempestivo [...] o homem é mais impaciente. A mulher é mais mole [...] Age com o coração, pensa com o coração. Age e pensa com o coração [...] Já homem quando coloca algo na cabeça é difícil de tirar, né? Ele [...] Ele [...] Eles na agem com o coração com o sentimento, eles agem muito com a razão. Eles agem sempre com a razão, só com a razão (Permissionária Branca).

Quando fazem uma jantinha pra agradecer (risos), mas quando fazem tem que sair correndo, não dá pra entrar na cozinha, tem que sair correndo (risos) panela e prato tem pra tudo quanto era lado (Permissionária Rosa). Até porque eu sou gurria, não posso ficar com meu irmão, com cada dia um (namorado) (Sobrinha da Permissionária Rosa).

A sobrinha de Rosa traz à cena um aspecto que ainda não havia sido abordado explicitamente pelas demais permissionárias e que revela a clássica distinção sexual entre os homens e as mulheres, na qual ao homem tudo é permitido e à mulher este tudo se torna sinônimo de vulgaridade. Aqui, cabe recordar DaMatta (1991, p. 58) que ao comparar a mulher da “casa” e a da “rua” com o ato de ingerir alimentos, diz que, segundo a moral brasileira tradicional:

É a virgem, a esposa e a mãe que reside nas casas e que jamais é comida ou poderá virar comida [...] ou melhor, tais mulheres podem ser comidas, mas primeiro são transformadas em noivas e esposas. [...] Ora, a mulher

da rua, essa que é a comida de todos, é algo muito diferente [...]. Dessas mulheres deve-se fugir [...].

As demais falas nos possibilitaram também identificar que velhas percepções continuam sedimentadas em nossa sociedade. As próprias mulheres distinguem as atividades em masculinas e femininas. Entretanto, na prática elas nos mostram que é possível vencer essas diferenças e administrar sozinhas um comércio ou tomar decisões acertadas sem o aval dos companheiros:

Eles moravam em um apartamento que era alugado e que pegou fogo. E daí não tinha onde eles morar, a sorte é que a tia já tava pagando o pagamento do apartamento, aí tinha onde [...] mas a sorte é que ela tava pagando, tipo um consórcio, que quando ficou pronto eles foram pra lá. Mas a tia fez tudo escondido, porque se o tio soubesse não sei não (sobrinha da Permissionária Rosa).

Por sua vez, Branca simplifica todo e qualquer tipo de relação de poder que possa existir entre os sexos. Diz ela existir uma estratégia que deixa o homem na posição de dominado, pois o poder está nas mãos da mulher, esta precisa apenas aprender como fazer bom uso dele e então conseguir o que quiser do sexo masculino:

[...] e aí é que tá a tua malícia, a tua inteligência, que muitas mulheres não sabem utilizar. Porque se tu tiver malícia, se tu vir inteligência tu dobra as pernas dele. E a maioria não sabe usa, ou tem usado errado. Porque se tu souber usar isso que tu tem, esse ponto que eu ti falei, se tu souber usar tu consegue o que quiser deles. Porque eles são boca-aberta e nós somos espertas. Não que eu queira dizer que é pra passar a perna neles, mas que é para saber levar, saber agir, saber chegar na hora certa, saber falar a palavra que eles querem na hora certa. É tudo isso [...] é saber conquistar eles na hora certa. É só saber usar. Só.

Neste discurso, ela desvenda o eterno jogo de poder e sedução que existe entre homem e mulher, um jogo que tem apresentado desvantagens para o sexo feminino devido às representações que a sociedade tem a respeito do papel da mulher.

5 Expondo as fotografias femininas: luz e sombra

Na luz e na sombra das imagens desta pesquisa emerge a mulher comerciante de Porto Alegre. Uma mulher contemporânea, mas que vive ainda submetida à representação acerca de seu papel que, ela própria, considera ser ultrapassada.

Outrora, as permissionárias questionavam a submissão de suas mães, todavia, agora se encontram em situação parecida, e isso devido aos obstáculos postos em seus caminhos e que dificultaram a realização de seus ideais de liberdade e independência. Obstáculos que se apresentavam na forma de diferenças de oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho, de uma educação formal e informal que privilegiava a formação de mulheres para o lar, das diferenças salariais a que eram (e são) submetidas, dentre outros. Entretanto, esses entraves antes considerados como um problema exclusivo do sexo feminino e que eram estrategicamente manipulados pelos homens, hoje se configuram como um problema que não distingue gêneros. Tanto homens quanto mulheres têm enfrentado a grande concorrência do mercado de trabalho que vem apresentando evoluções tecnológicas e novos arranjos organizacionais, implicando maiores exigências quanto às qualificações dos funcionários. É preciso buscar aperfeiçoamento constante, mas devido à inacessibilidade do ensino público e de qualidade isto não tem sido uma tarefa fácil: “Minha vontade era fazer enfermagem, mas é muito difícil entrar na UFRGS e pagar uma particular eu não tenho condições” (irmã da Permissionária Violeta).

Portanto, se o cenário econômico não tem estado propício para o homem, que já possuía seu lugar cativo no mundo laboral; para a mulher, ele tem estado menos favorável ainda, pois além de conquistar seu espaço, ela precisa provar que o merece, alcançando resultados superiores ao do sexo oposto. Se assim não for, a submissão a um baixo salário e a uma jornada de trabalho árdua é o que o mercado tem a lhe ofertar. Perante a precariedade das relações de trabalho e as responsabilidades do papel de esposa e mãe não é de estranhar que o sexo feminino continue sentindo-se oprimido, principalmente, quando se encontra sob o comando do companheiro em suas atividades profissionais e domésticas. Portanto, ter de estar constantemente ao lado do marido configura-se como um problema a mais para essas mulheres comerciantes. Por conseguinte, evidenciou-se que a hierarquização do poder à luz da lógica masculina permanece marcando presença nas organizações, configurando-se como uma das primeiras barreiras à prática de novas formas de gestão empresarial.

A exceção, em nosso estudo, cabe a Violeta, uma vez que ela ao libertar-se desta hierarquização deu uma prova de que a mulher pode realizar-se profissionalmente e manter com sucesso um estabelecimento comercial. Entretanto, quando ela rompe com as expectativas da sociedade e opta por permanecer solteira e não ter filhos, ela evidencia a dificuldade que há em conciliar a vida familiar com a profissional.

Contudo, constatamos que as permissionárias têm consciência da situação em que vivem e por isso preferem ver a relação de gênero como um jogo, onde não existem regras pré-estabelecidas, no entanto vislumbrando o quadro em que se encontram percebemos que regras há,

mas são regras estabelecidas pela sociedade que até pouco tempo era predominantemente masculina. As regras que regem o jogo social precisam ser re-elaboradas para que não privilegie m apenas um dos lados, mas que dêem condições de igualdade sem deixar de respeitar as diferenças entre os sexos. Visando alcançar esse objetivo, no dizer de Nickhorn e Nora (2003, p. 48):

[...] em diversas cidades surgem grupos de mulheres, despertando a consciência de que precisam avançar na luta por seu espaço, por seus direitos. Estes grupos capacitam as mulheres para que se oponham às estruturas opressoras, levando-as a compartilhar idéias e decisões sobre suas vidas, suas famílias e a sociedade onde vivem.

As mulheres de nossa pesquisa denunciaram as representações que tanto “eles” quanto “elas” têm do papel da mulher e que continuam resultando na submissão do sexo feminino: “[...] a diferença biológica é natural, porém a desigualdade social entre homens e mulheres é socialmente construída, quer dizer, as tarefas ‘próprias da natureza feminina’ foram culturalmente impostas” (NICKHORN e NORA, 2003, p. 43). Dessa forma, podemos afirmar não haver uma submissão ao sexo oposto, mas a um estereotipo que as mulheres permitiram que se construísse e que ainda não foi possível *dês*-construí-lo nem no imaginário feminino nem tão pouco no masculino, pois de acordo com Fagundes (2001, p. 13): “O ser mulher, bem como o ser homem, começa com o reconhecimento de si mesmo, com a formação da identidade pessoal, construção que tem início após o nascimento, num processo simbiótico com as figuras parentais, em interação com o meio, até expressar-se como individualidade em atitudes e sentimentos sobre o *eu*.” Portanto, o ser mulher é uma construção sócio-cultural, que como tal cria-se e recria-se eternamente.

6 Referências

- BADINTER, E. **Um amor conquistado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BOSCARIN, R.; GRZYBOVSKI, D. e MIGOTT, A.M.B. Mulher, Conhecimento e Gestão Empresarial: um estudo nas empresas familiares. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001. Campinas, Anais... [S.I]: 2001. CD-ROM.
- CAPPELLE, M.C.A.. MELO, M.C.O.L. e BRITO, M.J.M. Relações de Gênero e Poder: repensando o masculino e o feminino nas organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002. Salvador, Bahia, Anais... [S.I]: 2002. CD-ROM.

- CARVALHO, M.P.F.S.; CARVALHO, J.L.F.S.; CARVALHO, A.Z. O ponto de vista feminino na reflexão ética: histórico e implicações para a teoria das organizações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001. Campinas, Anais... [S.I]: 2001. CD-ROM.
- CEBOTAREV, E. A Organização do Tempo de Atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina. In: AGUIAR, N. **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CRANER, L.; BRITO, M.J. e CAPPELLE, M.C.A. As Representações Sociais das Relações de Gênero na Educação Superior: a inserção do feminino no universo masculino. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001. Campinas, Anais... [S.I]: 2001. CD-ROM.
- DAMATTA, R.. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 4º ed., 1991.
- DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FAGUNDES, T C. Educação e construção da identidade de gênero. In: FAGUNDES, T C. **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA, 2001.
- FENSTERSEIFER, G.P. Mulheres da Saúde Mental: quem são elas? In: STREY, M.N. et al. **Construções e Perspectiva em Gênero**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 17º ed., 2002.
- GRISCI, C.L.I. Ser Mãe: produção dele, reprodução dela. In: REOLINA S.C. **É uma mulher...** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MELO, M.C.O.L. Gerência feminina nos setores industriais e bancário: o conservador internalizado versus o moderno em construção. In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINO AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 38, 2002. Porto Alegre, RS, Anais... [S.I]: 2002. CD-ROM.
- MOTTA, F.C.P. **Organização e Poder**: empresa, Estado e escola. São Paulo: Atlas, 1986.
- NICKHORN, I; NORA, H. Mulher questões de gênero. A construção de modelos femininos. **Temas sociais em expressão**. Frederico Westphalen, URI, 2003, v.2, n. 2.
- QUENTAL, C.; WETZEL, U. Equilíbrio Trabalho-Vida e Empreendedorismo: a experiência das mulheres brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002. Salvador, Bahia, Anais... [S.I]: 2002. CD-ROM.

PASSOS, E. Reflexões sobre ética e gênero. In: FAGUNDES, T. C. **Ensaio sobre gênero e educação**. Salvador: UFBA, 2001.

PERREAULT, M. A diferenciação sexual no trabalho: condições de trabalho diferentes ou uma questão de sexo? In: CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1994, v.II.

RECH, C.R.M.. **O Papel do Imaginário no Desenvolvimento de Lideranças Femininas**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2001.

SCHMUKLER, B.E.. Mulher e Família Comerciante: reprodução ou dissolução. In: AGUIAR, N. **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

VILAS BOAS, L.H.B., PAULA NETO, A.e CRANER, L.. Representação da Diferenciação e Assimetria de Gênero no Espaço Organizacional: um estudo no setor de vendas de veículos. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001. Campinas, Anais... [S.I]: 2001. CD-ROM.

www.artesbr.hpg.ig.com.br/Educacao – acessado em 06/04/2003.

www.ibge.gov.br – acessado em 23/03/2003